



AÇÕES DOS TRABALHADORES E DE EMPREGADORES RECIFENSES NO CAMPO DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX

Joseane Maria da Silva Santos

joseane.maria@hotmail.com

RESUMO

Este artigo discute a temática “qualificação profissional” nos primórdios da industrialização do Recife nas últimas décadas do século XIX. Trata-se de pesquisa documental realizada no âmbito de programa de Iniciação Científica e teve como objetivo geral identificar e analisar as ações de qualificação profissional realizadas pelos trabalhadores e empregadores do Recife no início da urbanização e industrialização do Recife. Os resultados encontrados mostram que eram raras as ações de qualificação profissional devido à baixa complexidade dos postos de trabalho no período. O artigo traz ainda um panorama da realidade socioeconômica da cidade do Recife levantando aspectos sobre o ensino de ofícios manuais, os quais eram destinados à classe pobre.

PALAVRAS-CHAVE: Qualificação profissional, Recife, Século XIX.

ABSTRACT

This article discusses the theme "professional qualification" in the early industrialization of Recife in the last decades of the nineteenth century. This is documentary research conducted under Scientific Initiation Program and investigation aims to identify and analyze the actions of professional qualifications held by workers and employers in Recife at the beginning of urbanization and industrialization of Recife. The results show that the actions were rare professional qualification due to the low complexity of the jobs in the period. The article also provides an overview of the socio-



economic reality of Recife raising aspects of the teaching of handicrafts, which were intended for the poor class.

KEY WORDS: Professional qualification, Recife, XIXth Century.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa versa sobre a temática “Qualificação Profissional” a qual ganhou destaque na atualidade nos estudos referentes à relação entre escola e mundo do trabalho. Ao contrário dos estudos da realidade da educação profissionalizante do momento presente, são poucos os estudos sobre a qualificação profissional que se dediquem ao estudo dos momentos que abarcam o início da industrialização brasileira, em especial na cidade do Recife. Trata-se do desenvolvimento de um subprojeto de pesquisa ligado a uma pesquisa maior intitulada “Demandas por qualificação profissional no Recife na segunda metade do século XIX”.

Nas décadas finais do século XIX, a cidade do Recife passava por mudanças decorrentes da crescente urbanização e início de industrialização e diversificava suas atividades comerciais abrigando fábricas de pequeno porte voltadas para o mercado interno e regional e pequeno comércio em geral. A maior parte da mão-de-obra escrava e livre estava ocupada nos serviços domésticos e no pequeno comércio: eram caixeiros, lojistas, taberneiros, mascates, vendedores e vendedoras ambulantes. A diversidade sócio-profissional era uma realidade, havia inúmeros prestadores de serviços que trabalhavam em obras esporádicas, como pedreiros, carapinas, oleiros etc., havendo ainda o crescimento, em todo o século XIX, do aparato burocrático (SILVA, 2004). O Recife recebeu neste período um grande número de imigrantes do sertão, expulsos pelas secas periódicas que assolavam a região. (MATTOSO, 1978; EISENBERG, 1977, p. 176). Recife recebia ainda imigrantes vindos de outras regiões do país e de outros países principalmente de Portugal. Em 1872, havia 6.646 portugueses na província de Pernambuco. (EISENBERG, 1977).



Apesar de o Recife gozar de grande prestígio econômico no período por abrigar um dos mais importantes portos do Império em posição estratégica para a exportação aos países europeus e, em relação ao outras províncias circunvizinhas, ser bem mais desenvolvido economicamente, ainda são poucos os trabalhos em história da educação ou os dedicados a análise da temática qualificação profissional neste período no Recife.

Os trabalhos sobre história da educação profissional brasileira (Fonseca, 1996, Manfredi, 2002, entre outros), não conseguem a contento analisar o que ocorreu no século XIX. Em síntese, para esse período, há uma lacuna nos estudos sobre a ação de trabalhadores e patronato no campo da qualificação profissional. Diante desta situação a pesquisa teve como objetivo geral: “Analisar as práticas de empregadores e trabalhadores do Recife voltadas às ações de qualificação profissional a partir da segunda metade do século XIX”.

METODOLOGIA

Os resultados dessa investigação são provenientes da análise de anúncios de empregos e de anúncios de oferta de trabalhadores, contidos no Diário de Pernambuco, no período de 1850 a 1889, dos códices sobre a instrução pública e documentos produzidos por entidades patronais sob a guarda do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), referentes ao período de 1850 a 1889. Além dessa documentação também foram inclusos na investigação: Códices da Câmara do Recife (documentos enviados ao presidente da província); Coleções de Petições (correspondências enviadas ao presidente da província, onde analisamos as petições da agroindústria açucareira, do comércio, das companhias diversas, das fábricas, dos sindicatos e sociedades diversas, das associações beneficentes, dos assuntos eclesiásticos, das escolas particulares, dos populares e dos professores públicos); Comissões Diversos II (contém os assuntos referentes aos ofícios diversos); Relatórios dos Presidentes de Província (RPPP), os quais estão disponibilizados na internet, no site da Universidade de Chicago.

A obtenção dos dados foi feita na forma de transcrição manual em fichas padrão e por fotodigitalização. Em relação ao Diário de Pernambuco foi feita transcrição dos



anúncios da seção “Avisos Diversos”, referentes aos anos de 1851 à 1889. Além dos anúncios de empregadores e dos trabalhadores foram feitas também transcrições dos anúncios de cursos profissionalizantes, escolas, cursos preparatórios e editais de concursos para ingresso no ensino superior e para provimento de cargos públicos, bem como, algumas informações da situação econômica, social e cultural do Recife na segunda metade do século XIX que contribuíram com a pesquisa. Desta forma, pudemos compreender melhor como estava o mercado de trabalho naquele período.

RESULTADOS ENCONTRADOS

O Recife na segunda metade do século XIX se destacava entre as províncias do Império por possuir um dos mais importantes portos e exercer hegemonia sobre as províncias próximas. Embora Recife gozasse de uma condição econômica privilegiada em relação às demais províncias da região, não escondia fraquezas crônicas resultantes de problemas externos e internos ao longo do século XIX. Problemas não satisfatoriamente resolvidos pelo governo do Império como a modernização do porto, a questão dos transportes e do crédito à grande lavoura, os quais debilitavam a economia de umas das mais importantes províncias do Nordeste. Aliado a isso, a espoliação fiscal em favorecimento do Sul gerava descontentamentos mal dissimulado pela elite. (SILVA, 2004).

Ainda segundo SILVA (2004), a estrutura social do Recife nos oitocentos era composta por pessoas das mais variadas condições sociais, como funcionários públicos de diversos escalões, profissionais liberais (médicos, professores, advogados, etc.), grandes proprietários de terra, ricos comerciantes, militares, membros do clero secular e regular, médios proprietários urbanos (donos de casas de pasto, tabernas, lojas), pessoas de profissões não definidas que viviam do aluguel de escravos. Era uma sociedade mais complexa, que não se limitava apenas a relação senhor- escravo, mas que possuía uma variada gama de categorias sociais intermediárias em grande parte compostas por mestiços.

As ações de qualificação profissional que foram sendo desenvolvidas no Recife, assim como em outras províncias como São Paulo, por exemplo, eram destinadas às



classes subalternas da sociedade para o aprendizado de um ofício manual. Aos filhos da elite era oferecida educação propedêutica, preparação intelectual para os que viriam a ocupar os melhores cargos, e à “massa” era ofertada a educação profissional para sua ocupação em atividades manuais de pouco *status* social (ROMANELLI, 1991; CUNHA, 2000).

A missão destas instituições era de oferecer o aprendizado de ofícios aos meninos desvalidos. Atentando além dos aspectos técnicos à formação do trabalhador moralizado e disciplinado, o ensino de tais ofícios era uma medida de controle social a esta população tida como ameaçadora em potencial. Estes menores eram vistos com desconfiança pela sociedade, que temia que os mesmos se inclinassem para os “vícios, vadiagens e gatunices”. Estes aprendizes destinavam-se na maior parte às oficinas de artesãos, ao comércio e em menor escala, às fábricas, pois o trabalho fabril era incipiente em meados do século XIX. A formação do operário fabril e das demais categorias era feita no próprio ambiente de trabalho.

Muitas crianças pobres foram enviadas também às oficinas do governo, como os “Trens Militares” (antigo nome dado às oficinas do exército que oferecia o aprendizado de ofícios Mecânicos) nos Arsenais de Guerra. As instituições governamentais atendiam a uma demanda de mão-de-obra dessas oficinas, inclusive, muitos Arsenais do país tiveram as suas Companhias de Aprendizes Artífices. (RIZZINI, s/d.).

Durante o século XIX, surgiram nas províncias do império dezenas de asilos, institutos, escolas e externatos destinados à formação profissional de meninos e ao preparo de meninas nas tarefas domésticas. Havia nestas instituições rígida divisão sexual do trabalho: nas escolas de ensino feminino, as meninas aprendiam prendas domésticas como lavar, engomar, cozer, cozinhar e bordar em busca de um casamento ou de uma colocação em alguma casa de família em que pudessem encontrar proteção e “dignidade”. Ainda segundo Rizzini, estas instituições, como a “casa da roda”, recebiam meninas enjeitadas e as socializavam, desde cedo para cumprirem seus respectivos papéis sociais, raciais e de gênero.

Em Recife, no ano de 1841, foi criada a sociedade de artistas mecânicos e liberais que tinha como objetivo aperfeiçoar os artistas dando-lhes instrução profissional, no entanto, como a industrialização era ainda muito incipiente não houve



muitos avanços. De acordo com o ato adicional de 1834, as províncias ficaram responsáveis em promover o ensino primário e o poder central o secundário e superior, portanto a situação do ensino profissionalizante era de abandono. As instituições que primeiro ofereceram o ensino profissionalizante tinha como intuito fornecer o ensino de um ofício aos menores pobres como medida sócio-educativa.

O poder central ficando a cargo apenas do ensino secundário e superior que atendiam a elite, fazia com que a situação da oferta do ensino primário fosse bastante deficiente. A cargo das províncias o ensino elementar sofria com as desigualdades regionais e menores recursos. Em Pernambuco eram poucos os estabelecimentos de ensino que ofereciam educação primária, a educação secundária ocorria apenas no Ginásio Pernambucano.

A situação do Ensino profissional era ainda pior, segundo Nelson Piletti (2002) durante o Império o ensino técnico profissional foi marginalizado pelo governo, pois aos seus concluintes não era permitido o ingresso no ensino superior, ou seja, o ensino profissional não era equiparado ao ensino secundário. Para se ter uma idéia da situação de abandono do ensino profissional de grau médio, no ano de 1864 em todo o Brasil havia apenas 116 alunos matriculados no ensino técnico, sendo 25 na Província de Pernambuco (AZEVEDO *apud* PILETTI, 2002).

Uma das mais importantes instituições que atendia os menores em Pernambuco, o Colégio dos Órfãos (criado desde 1831), em regime de internato e localizado nas proximidades de Olinda, foi convertido na Colônia Orphanologica Agricola e Industrial Isabel em 1834. Criada pelos Capuchinhos para receber meninos desvalidos oferecia aulas de primeiras letras, o ensino de geometria, música, marcenaria, entalharia, torneiraria e sapataria, além do ensino agrícola que era obrigatório. (ARANTES, s/d). Mais tarde, em 1894, a Colônia Orfanológica seria transformada na Escola Industrial Frei Caneca. Em um relatório do Diretor do Colégio dos Órfãos, destinado à Presidência da Província em março de 1839, verifica-se a importância da educação profissional aos pobres como forma de inserção social e de desenvolvimento do país. (...) *convém que os meninos desta instituição se formem em cidadãos laboriosos de que tanto precisa a Província de todo o Brasil.*(APEJE: SC-1, 1839, p.2-4).



Em 1880, já com um desenvolvimento econômico mais desenvolvido, foi criado o Liceu de Artes e Ofícios, mantido pela Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, que oferecia aulas de desenho, música, pintura, marcenaria, arquitetura, aritmética e alfabetização para todas as pessoas sem distinção.

Nos anúncios de empregadores e de trabalhadores do Diário de Pernambuco no período de 1851 a 1889 identificamos que o perfil do trabalhador demandado pelo patronato referia-se a valores morais e éticos, como ser fiel, não possuir vícios nem achaques, ser diligente, honesto, de boa conduta, dar fiador a conduta, no caso de caixeiros e amas, em alguns casos. Dentre as atividades para as quais havia demanda de trabalhadores, destacamos principalmente a função de ama, a qual desenvolveria atividades de “portas pra dentro”: lavado, engomado, cozinhar, resumindo todas as atividades de uma casa ou atividade domésticas externas, como comprar e vender. Em alguns casos o patronato solicitava uma pessoa pra fazer uma atividade específica como cozinhar ou lavar apenas. Tais amas, ao contrário do que acontecia em outras profissões, eram preferidas as “de meia idade”, quer seja pela experiência quer seja pra evitar dissabores como namoros, gravidez e seduções para com os patrões, como nos explicita Silva (2004, p. 52):

Regra geral, as expectativas senhoriais se assentavam na *fidelidade*, nos *bons costumes*, na *honra* e na *capacidade de exercer o ofício* (força física e habilidades). As mulheres relativamente idosas eram preferíveis às criadas jovens. (...) além da experiência comprovada, essas mulheres já estariam “aquietadas das extravagâncias mundanas”, evitando assim eventuais dissabores como uma gravidez indesejada.

A maior parte dos anúncios exigia do trabalhador apenas habilidades pra desempenhar a atividade, ou seja, ser bom o suficiente para fazer a atividade solicitada, e principalmente que atendesse às exigências de cunho moral. No aprendizado de tais ofícios sugere-se que estes eram aprendidos no dia-a-dia do trabalhador via educação informal ou nos próprios ambientes de trabalho, além disso, tais atividades necessitavam mais de esforço físico que preparação intelectual.



A procura pelos serviços domésticos para inúmeras criadas livres e forras estava associada à falta de outras oportunidades de trabalho, à necessidade de proteção e segurança. Nem sempre monetarizada, a relação entre patrões e criadas muitas vezes se restringia a permutar proteção por obediência. As condições de vida miseráveis a orfandade associada à fragilidade da adolescência e da velhice sem as devidas garantias obrigava as mulheres, forras ou livres a se inserirem em casas de família como amas sendo tratada muitas vezes quase que como escravas. (GRANHAN *apud* SILVA, 2004). Em alguns casos sequer exigiam gratificação, apenas a garantia de seu sustento, esta situação pode ser observada abaixo:

Uma senhora solteira, **branca** e maior de 50 anos oferece-se para fazer companhia a alguma senhora casada que precisar de seus serviços mediante o sustento e garante sua conduta: a tratar na rua das águas verdes nº 42.(D.P. 16/02/1872, grifo nosso).

Embora as escravas ainda fossem preferíveis, cada vez mais mulheres forras e livres pobres preenchiam os espaços da mão-de-obra cativa, ansiosas em conseguir alguma colocação. E embora muitas vezes fossem tratadas como escravas elas conseguiram algumas concessões que garantiram um mínimo de autonomia como dormir em suas próprias casas, exercer apenas o serviço combinado e receber um “bom tratamento” senhorial.

Algumas amas tinham preferência em servir em casa estrangeira e era unânime a preferência pelo trabalho em casas de pequena família, ou de homem solteiro, pois isso significava menos trabalho a fazer: *uma mulher honesta e de bons costumes oferece-se para casa de homem solteiro ou de pouca família para serviços internos: na Rua de Santo Amaro nº 05.* (D.P. 07/11/1864)

Quanto à preferência de algumas amas por casas estrangeiras Silva (2004) sugere que talvez os patrões nacionais frequentemente tratassem as criadas livres ou forras como escravas, sem a devida distinção que as primeiras gostariam de receber. Os estrangeiros podiam oferecer compensações maiores, ou melhor, tratamento, mas tais



informações carecem de sustentação empírica. Talvez esta preferência seja pautada por uma possível aquisição de mais *status* social por ter servido em casa estrangeira. Não se pode esquecer que a Europa, local de origem da maior parte dos estrangeiros presentes no Recife, exercia grande influência nos modos de vida, nos costumes e na cultura em geral do Império e conseqüentemente sobre seus habitantes.

Nos anúncios de pessoas se oferecendo para serem amas (não raro o mesmo anúncio repetia-se várias vezes) dificilmente faziam menção a algum tipo de comprovação de experiência ou de qualificação qualquer, a não ser características de cunho moral. Um dos fatores que auxiliam na compreensão desse fenômeno está no fato dessa atividade ser ocupada majoritariamente por escravas e por isso a recusa por parte das trabalhadoras livres de se “sujeitarem” a este tipo de ocupação, a não ser que não tivesse realmente outra opção. Era muito forte o preconceito por atividades em que fosse comum a presença de escravos, as quais eram identificadas como “coisas de escravo”. Nesse ramo, os trabalhadores livres não queriam se ocupar pra não deixar nenhuma dúvida quanto à sua condição de livre (CUNHA, 2000).

Em determinadas ocupações como as de caixeiro de taberna, botica de armazém etc., os empregadores exigiam habilidades de escrita, contagem e leitura. Além de experiência e dar fiador a sua conduta. Os portugueses eram os favoritos pra ocupar este posto, pois ao contrário dos nativos, já eram alfabetizados e dominavam a leitura e contagem. “*Precisa-se de um menino Português de 12 a 14 anos para caixeiro de taberna: na Rua de Paissandu nº 2.* (D. P., 08/01/1872).

Além das exigências anteriormente descritas o patronato não solicitava nenhuma qualificação ou certificação específica. Ou seja, a qualificação adquirida na própria prática do ofício já era suficiente. No entanto, os nativos que disputassem o emprego saíam em desvantagem, pois os estrangeiros além do domínio da leitura, da escrita e da contagem tinham o domínio de outros idiomas:

Um moço estrangeiro novamente chegado nesta cidade fala francês, português, espanhol e italiano deseja empregar-se no comércio como caixeiro ou moço de hotel com que já tem prática: quem precisar pode anunciar por este diário indicando a morada para ser procurado. (D.P., 06/06/1868).



Quanto às atividades dos profissionais liberais como médicos, advogados e professores havia vários anúncios ofertando os serviços destes profissionais, na maior parte das vezes era o próprio trabalhador oferecendo seus préstimos. Alguns professores ao se oferecerem pra ensinar não se identificavam, provavelmente devido à sua não qualificação e não autorização pela Diretoria de Instrução Pública para lecionar.

A maior parte das atividades econômicas desempenhadas pela população recifense até a década de 1880 mostrou-se de baixa complexidade. Atividades para as quais não era necessária uma qualificação específica, até por que nem tinham estabelecimentos industriais que exigissem e demandassem tais especializações. A população recifense era majoritariamente analfabeta. O ensino público na província de Pernambuco se encontrava em péssimas condições tal como pode ser confirmado na fala do Imperador D. Pedro II:

O governo não tem descurado do ensino público, mas necessita este de profunda reforma da qual sem duvida vos ocupareis compenetrados de que não há assunto mais digno de vossa solicitude. Fazendo justiça a vossos sentimentos, espero que não vos esquecereis da gradual extinção do elemento servil adotando medidas que determinem sua localização, assim como outras que auxiliem a iniciativa individual de acordo (...) (APEJE; Diversos II, p. 353, 1883).

O Recife era uma cidade industrial e urbanicamente muito incipiente. O principal produto de exportação era o algodão, o tabaco e o açúcar. Sendo a maior parte da mão de obra empregada em tais atividades de origem escrava. O Códice intitulado “Companhias Diversas” possui registros acerca de algumas empresas existentes na cidade do Recife naquela época. Há memorandos destas empresas e relatórios anuais informando sobre a situação financeira das mesmas, produção, numero de funcionários e das principais dificuldades que enfrentavam. Em geral o número de funcionários destas empresas era de cerca de 120 pessoas, na sua maioria do sexo masculino.



As fábricas ainda empregavam muito pouco da parcela de mão de obra desocupada por serem de pequeno porte e de haver ainda uma grande importação de produtos estrangeiros. Gerentes de fábricas reclamavam da falta de proteção e de subsídios do governo frente à concorrência estrangeira, levando à falência de muitas fábricas.

Frente a esta situação, algumas empresas em parceria com o Governo da província em troca de alguns privilégios, como o monopólio de um determinado serviço durante certo período, se responsabilizavam pelo ensino de ofícios industriais a menores do Colégio de órfãos. Estes por sua vez, aprendiam no próprio ambiente de trabalho ofícios como os de fiandeiros, tecelões e outras atividades industriais em geral. Além do ensino dos ofícios, tais fábricas ficavam também obrigadas a lhes fornecer atendimento médico, vestimenta, alimentação e alojamento. Em relatório ao presidente da província o gerente da “Fábrica de Fiação de Tecidos de Pernambuco” reclama do ônus que os menores aprendizes internos estavam trazendo aos cofres da empresa.

Apesar das fontes terem apontados diversas obras de melhoramentos urbanos na cidade (esgoto, iluminação pública, transportes, passeio publico, construção de pontes, etc.) não foram identificados nenhum registro acerca das exigências para se trabalhar em tais obras e nem edital para ocupação de cargos públicos nestas obras. Tais registros eram simplesmente relatórios dos fiscais de obra remetidos ao presidente da província informando sobre o andamento destas obras. Em suma, as ações do patronato e dos trabalhadores em termos de qualificação profissional mostraram-se raras devido às características da industrialização do período e da natureza das atividades desenvolvidas que pouco demandava qualificações específicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na segunda metade do século XIX poucas foram as ações de qualificação profissional realizadas pelo patronato e pelos trabalhadores, devido à simplicidade dos ofícios a serem desempenhadas nas atividades econômicas.

(...) Recife ainda não comportavam atividades industriais de vulto, e é quase certo que o mercado de trabalho para as pessoas



pobres e “de cor” se mantivesse relativamente restrito ao artesanato doméstico e às atividades do pequeno comércio ambulante. (MATTOSO, 1978, p. 280-90 *apud* SILVA, 2004, p. 103).

Algumas ações de qualificação profissional foram identificadas como o ensino de ofícios manuais, destinando-se aos menores pobres que não tinham outra alternativa a escolher. No entanto, é provável que ainda no último quartel do século XIX tenha havido uma maior procura por cursos profissionalizantes e tenha aumentado as exigências por qualificação profissional, uma vez que houve o desenvolvimento da indústria e a extinção do trabalho escravo.

Seria de se esperar que com a transição do Império para a República já não tivesse mais sustentação as concepções imperialista de um ensino apenas voltado para a elite e a manutenção de uma gama enorme de analfabetos. No entanto só em 1910 com Nilo Peçanha, o Governo Central vai se aperceber da situação de abandono em que se encontrava a educação profissional e pela primeira vez cria:

(...) uma rede federal de ensino, a partir da instalação das Escolas de resultam de uma iniciativa federal, o que é uma novidade, pois a formação profissional sempre ficara a cargo das províncias no século XIX. O governo federal assume a formação de mão-de-obra para a indústria, criando programas de caráter nacional, voltados para a formação genérica, e não para determinado ofício mecânico, como no Império. Gradualmente, o ensino técnico atrela-se ao nível secundário, ao contrário do período imperial, quando se requeria a instrução elementar. (RIZZINI, p. 10, S/d.).

As Escolas como diz Celso Fonseca, passaram a ter uma nova política uma proposta promissora de formação profissional, livre do ranço assistencialista,



abandonam o modelo de internato e têm agora como clientela os filhos da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Adlene Silva. **Educação de crianças Desvalidas na província de Pernambuco na segunda metade do século XIX.** Disponível em: < in <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT21-4093--Int.pdf>>

BERNARDES, Denis. **Recife: o caranguejo e o viaduto.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996.

CARVALHO, Marcus J.M. de. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850.** Recife: Editora da UFPE, 1998.

CASTRO, Josué de. **Fatores de localização da cidade do Recife.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

CUNHA, Luis Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiro no Brasil escravocrata.** São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000.

_____. **O ensino de ofícios manufatureiros em arsenais, asilos e liceus.** Fórum educacional, Fundação Getúlio Vargas, 3(3): 3-47, jul./set. 1979.

_____, Luis Antonio. **O Ensino de Ofícios nos primórdios da industrialização.** São Paulo: UNESP, 2000.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910.** Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Unicamp. 1977.



FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. V. 1. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986.

FRANCO, Luiz Antônio Carvalho. **Breve história da formação profissional no Brasil**. São Paulo: CENAFOR, 1984.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1990.

KUENZER, A. Z. . Educação Profissional: categorias para uma Nova Pedagogia do Trabalho. **Boletim Técnico do Senac**, v. 1, p. 19-29, 1999.

REZENDE, Antônio Paulo (org.). **Recife: que história é essa?** Recife: Fundação de Cultura da cidade do Recife, 1987.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2000.

MATTOSO, Kátia. **Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX**. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da educação no Brasil (1930/1973)** Petrópolis: VOZES, 25a edição, 2001.

RIZZINI, Irma (1993). **Assistência à infância no Brasil: uma análise de sua construção**. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1993.

RUMMERT, Sônia Maria. **Educação e identidade dos trabalhadores: as concepções do capital e do trabalho**. São Paulo: Xamã; Niterói: Intertexto, 2000.

SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. **Ser Doméstica em Recife e Salvador na segunda metade do século XIX: Honra e sobrevivência**. Disponível em: <www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php.../article/.../6>

